

**ASSESSORIA JURÍDICA
PARECER nº 283/2021**

PROCESSO Nº 160-2021

CONTRATAÇÃO DE ATRAÇÃO ARTÍSTICA (SHOW MUSICAL COM PERSONAGENS PATATI PATATÁ) PARA CELEBRAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DO NATAL 2021 NOS BAIROS DO MUNICÍPIO. CONTRATAÇÃO POR MEIO DE REPRESENTANTE EXCLUSIVO OU PROPRIETÁRIO DA EMPRESA ARTÍSTICA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. POSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 25, III DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 COM POSTERIORES ALTERAÇÕES.

A Secretaria da Administração e Planejamento encaminhou a esta Assessoria Jurídica, em 22 de novembro de 2021, pedido de Parecer referente ao Processo Nº 160/2021 objetivando a **CONTRATAÇÃO DE ATRAÇÃO ARTÍSTICA (SHOW MUSICAL COM PERSONAGENS PATATI PATATÁ) PARA CELEBRAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DO NATAL 2021 NOS BAIROS DO MUNICÍPIO**, contemplando 1 apresentação diária, durante 15 dias de programação, a partir do dia 26/11/2021, conforme solicitação da Secretaria de Educação, Cultura, Turismo e Desporto – SECTD.

No pedido de contratação, apresentado pela SECTD por meio dos Memorando Interno nº 1752/2021, datado de 17/11/2021, onde é apresentada a proposta de contratação **diretamente com o proprietário da empresa artística**, qual seja,

Governo 2021-2024

GILBERTO DOS SANTOS PRODUÇÕES (TETÉ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS), inscrita no CNPJ nº 40.884.126/0001-90, pelo valor total de R\$ 15.200,00 (três mil reais) para as 15 apresentações.

A empresa a ser contratada é do município de Ibirubá, sendo que os artistas que a compõe já realizaram diversos shows em outras datas festivas sob contratação do município, possuindo grande aceitação de público e reconhecida qualidade artística.

Segundo informação prestada pela Gerência Técnica do Município, existe dotação orçamentária, na Ação 2010 (Festividades e Eventos do Município), Despesa 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica), Recurso 1 (Recurso Livre).

O valor total da contratação será de R\$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais).

Não estão incluídos no orçamento da presente contratação os custos com som e iluminação.

A Assessoria Jurídica, na esteira da Legislação sobre o assunto, responde à questão.

A apresentação artística a ser contratada possui renome local e regional, alcançando prestígio reconhecido pelo público, em especial do público infantil, conforme documentos que chegam a esta Assessoria em anexo aos Autos, estando dentro dos propósitos da comemoração das festividades de Natal 2021 do Município, atividade esta com histórico de realizações e sucesso junto à comunidade local e regional.

Pelas características da empresa artística a ser contratada, a forma de contratação e o valor de orçamento para a realização dos shows artísticos, entende esta

Assessoria que configura a hipótese de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** prevista no artigo 25, III, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, a seguir transcrito:

Art. 25 É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

III – para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Da leitura do dispositivo, pode-se depreender a existência de três pressupostos legais para a regularidade da inexigibilidade de licitação no caso de contratação de artistas, a saber:

- Que o serviço seja de um artista profissional;
- Que a contratação seja realizada diretamente ou mediante empresário exclusivo;
- Que o artista seja consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

No presente caso, pelos documentos acostados aos autos, verifica-se que estão atendidos tais requisitos, uma vez que os artistas possuem longa jornada de apresentações, possuindo reconhecimento do público local e regional, bem como que a contratação se dará diretamente com empresa de um dos artistas, conforme documentos dos Autos, além de que o valor a ser adimplido pelo município está condizente com os valores cobrados pelos artistas para outras apresentações similares já realizadas no município.

Sobre a questão, assim dispôs o Tribunal de Contas da União:

“...Quando contratar a realização de cursos, palestras, apresentações, shows, espetáculos ou eventos similares, demonstre, a título de justificativa de preços, que o fornecedor cobra igual ou similar preço de outros com quem contratava para evento de mesmo porte ...” (Processo Nº



019.378/2003-9. Acórdão nº 819/2005 – Plenário. Relator: Ministro Marcos Bemquerer. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 jun. 2005)

Quanto à regularidade fiscal, se constata pelos documentos anexados aos autos que a entidade encontra-se em situação regular, não apresentando nenhum impedimento para a contratação.

Neste sentido, entende esta Assessoria ser viável a contratação das empresas acima listadas.

Este, salvo melhor juízo, é o parecer que submetemos à consideração superior.

Ibirubá/RS, 23 de novembro de 2021.

Luiz Felipe Friedrich Gutierrez
Assessor Jurídico
OAB-RS nº 86.826

